



Funcionários temem desemprego com privatização de estatais de energia

Da Redação | 31/08/2016, 18h54 – ATUALIZADO EM 31/08/2016, 18h55



Proposições legislativas

MPV 735/2016

Representantes de funcionários e de empresas de energia debateram nesta quarta-feira (31) a Medida Provisória 735/16, que altera cinco leis do setor elétrico para diminuir os custos orçamentários da União.

O representante dos funcionários no Conselho de Administração da Celgpar, Wagner Alves Vilela Júnior, reclamou em audiência pública na comissão mista que analisa a MP que as medidas não consideram os trabalhadores das empresas

estatais de energia.

– Os trabalhadores passaram anos estudando para entrar nessas empresas e, de repente, com o processo de desestatização, eles se veem desempregados – disse Vilela Júnior.

Realocação de servidores

O dirigente sugere que seja prevista na MP a continuidade do contrato desses trabalhadores após a privatização das empresas. Ele também propõe a transferência desses profissionais para outras empresas do setor público que necessitem dessa mão de obra especializada.

O relator da comissão, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), aprovou a ideia e pediu a Vilela Júnior que formalize o pedido. Ele alega que não pode determinar como serão as contratações das empresas privadas, porém considera possível a realocação desses profissionais em outros órgãos do governo.

O diretor-executivo do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, é favorável à privatização das estatais. Para ele, esse processo possibilitaria uma diminuição dos valores cobrados aos consumidores. Além disso, ele afirma que haveria melhoria na qualidade dos serviços, além de poupar os cofres da União de prejuízos imprevistos, que segundo ele, são recorrentes.

Biodiversidade

O vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Nailor Guimarães, se mostrou preocupado com a privatização de empresas que atuam em regiões de grande biodiversidade, como a Amazônia.

– Essa MP entrega as estatais, construídas com muito suor, a grupos privados. Provavelmente também a grupos estrangeiros. Parte das distribuidoras é na Amazônia. Se por acaso forem vendidas para grupos chineses. A biodiversidade ficará a mercê de pesquisadores chineses – alertou.

Belo Monte

O presidente da comissão mista, senador Hélio José (PMDB-DF), criticou a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no norte do Pará. Para ele, o financiamento de R\$ 40 bilhões foi mal investido, já que a usina produz apenas 4,5 Mw.

Conforme Hélio José, com metade do investimento seria possível construir usinas de energias limpas com potencial para gerar 12,5 Mw.

– Poderíamos atender a população com energia solar, eólica, ou com qualquer outra fonte não poluente. Sinceramente não sou favorável, o Brasil possui outras alternativas – afirmou.

Com informações da Agência Câmara

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)